

---

## PATERNIDADE ADOLESCENTE: A ATUAÇÃO COM FILHOS ENTRE TRÊS E SETE ANOS

Paulo Frederico Medeiros Clementino<sup>1</sup>

Larissa Medeiros Marinho dos Santos  
*Universidade Federal de São João del-Rei, Brasil.*

**RESUMO.** O objetivo deste estudo foi investigar a atuação dos pais adolescentes no intervalo entre o nascimento do filho e a fase corrente do desenvolvimento infantil. Quatro pais de crianças de três a sete anos participaram da pesquisa realizada a partir do referencial teórico-metodológico bioecológico de Bronfenbrenner. Os dados foram coletados a partir de entrevistas semiestruturadas, focalizaram no transcurso do tempo: o impacto da experiência da paternidade em suas trajetórias pessoais; as mudanças e continuidades nos processos interativos; os fatores de promoção e constrangimento da participação paterna. A análise foi realizada de acordo com teoria fundamentada. As variações observadas nas possibilidades de se vivenciar a paternidade adolescente basearam-se nas interações recíprocas entre as oportunidades e restrições contextuais e as características individuais dos participantes. Os dados indicaram o afastamento dos modelos tradicionais de parentalidade, com a percepção da atuação para além do provimento, incluindo os cuidados diretos à criança e a manifestação mútua de afeto. Contudo a estabilidade da atuação revelou-se comprometida pelos fatores de constrangimento, especialmente pela separação conjugal e pela distância geográfica, que repercutiram na acessibilidade do pai e consequentemente nas oportunidades de participação. Observaram-se maior sobrecarga para a família materna e restrições nas práticas parentais, antes diversificadas, que resultaram prioritariamente em atividades sociais, relacionadas a passeios e entretenimento. Atestou-se que uma boa participação inicial não se mostrou garantia de estabilidade, pois tanto pessoas quanto os contextos se modificam no transcurso do tempo. Mesmo diante das restrições, o interesse e o envolvimento paternos foram mantidos.

**Palavras-chave:** Pais adolescentes; gravidez na adolescência; adolescentes.

## ADOLESCENT FATHERHOOD: THE ROLE WITH CHILDREN BETWEEN THREE AND SEVEN YEARS

**ABSTRACT.** The objective of this study was to investigate the performance of teenage parents in the interval between birth and the current stage of infant development. Four parents of children 3-7 years participated in the survey, from a qualitative approach, with data collected from semi-structured interviews, focusing on: the impact of parenthood experience in their personal development; changes and continuities in interactive processes; promotional factors and embarrassment of parental participation in the course of time. The theoretical framework adopted was the Bioecological model Bronfenbrenner and analyzed according to the Grounded Theory. The changes in possibilities of experiencing teenage parenthood were based on reciprocal interactions between contextual opportunities and constraints and the individual characteristics of the participants. The data indicated the move away from traditional models of parenting, expanding operations beyond the provision, including direct care to the child and mutual demonstration of affection. However, the stability of performance has proved compromised by constraining factors, especially the marital separation and the geographical distance, reflecting on his father's accessibility and consequently the opportunities to participate. There was a greater burden on the mother's family and changes in parenting practices, restricting the parental role before the diverse social activities related to sightseeing and entertainment. It testified that a good initial interest was not guarantee of stability, because both people and the contexts are modified in the course of time. Even with the restrictions, interest and parental involvement were kept.

**Keywords:** Adolescent fathers; adolescent pregnancy; adolescents.

---

<sup>1</sup> E-mail: fredmecle@hotmail.com

## PATERNIDAD EN LA ADOLESCENCIA: PADRES CON NIÑOS CON EDAD ENTRE TRES Y SIETE AÑOS

**RESUMEN.** El objetivo de este estudio fue investigar la actuación de los padres adolescentes en el intervalo entre el nacimiento y la fase actual de desarrollo infantil. Cuatro padres de niños de 3 a 7 años participaron de la encuesta donde el marco teórico adoptado fue el Modelo Bioecológico del Desarrollo Humano de Bronfenbrenner. Los datos se obtuvieron por medio de entrevistas semiestructuradas, centrándose en: el impacto de la experiencia de la paternidad en sus trayectorias personales; los cambios y continuidades en los procesos interactivos; los factores de promoción y la vergüenza de la participación de los padres en el transcurso del tiempo. El análisis se realizó de acuerdo con la teoría fundamentada. Las variaciones observadas en las distintas posibilidades de experimentar la paternidad adolescente se basaron en las interacciones recíprocas entre las oportunidades y limitaciones contextuales y las características individuales de los participantes. Los datos indicaron que el alejamiento de los modelos tradicionales de parental, alargando la actuación para allá del proveer, incluyendo los cuidados directos a los niños y la manifestación de afecto mutuo. Sin embargo, la estabilidad de la actuación resultó comprometida por factores de constreñimiento, en especial la separación matrimonial y la distancia geográfica, lo que ha repercutido en la accesibilidad de su padre y, en consecuencia, las oportunidades de participación. Hubo una mayor carga para la familia de la madre y los cambios en las prácticas parentales, lo que restringe la actuación de los padres, antes (diversificada) a actividades sociales relacionadas con paseos y entretenimiento. Si testificó que una buena participación inicial no se mostró garantía de la estabilidad, ya que tanto las personas como los contextos se modifican en el transcurso del tiempo. Incluso con las restricciones, el interés y participación de los padres se mantuvieron.

**Palabras-clave:** Padres adolescentes; embarazo en adolescencia; adolescentes.

---

### Introdução

Nas últimas décadas, diversos autores têm apontado a carência de estudos sobre a paternidade na adolescência, o que denuncia a invisibilidade do fenômeno, reforçada pela insuficiente literatura e dados sobre essa população (Lyra, 1997; Levandowski, 2001; Orlandi & Toneli, 2008). Conforme a revisão sistemática de artigos empíricos sobre paternidade em geral, realizada por Vieira et al. (2014), embora se observe aumento dos estudos sobre a temática nos últimos anos, a paternidade na adolescência ainda representa uma pequena parcela desses trabalhos. Segundo os autores, nas investigações realizadas entre 2000 e 2012 sobre a paternidade, aproximadamente 14% se referiam a pais adolescentes. Segundo Gondim e Lyra (2012), houve aumento da produção acadêmica acerca da parentalidade na adolescência entre os anos de 2009 e 2011, com foco principal na questão da maternidade, mas acentuada recorrência do tema paternidade, nos textos publicados em língua portuguesa, com necessidade de ampliação das discussões para áreas ainda intocadas.

A prevalência de estudos sobre a maternidade e a gravidez na adolescência, em detrimento da paternidade, aponta para a manutenção da perspectiva feminina do fenômeno, até três vezes superior à masculina (Levandowski, 2001; Paulino, Patias, & Dias, 2013). Vislumbra-se, sobretudo, a escassez de dados sobre a população masculina brasileira nos sistemas oficiais de informação (Lyra, 1997; Meincke, Trigueiro, Carraro, Brito, & Collet, 2011; Paula, Bittar, Silva, & Cano, 2011). Cenário que revela pouca inclusão do pai adolescente no campo dos direitos sexuais e reprodutivos, afastando-o dos programas de políticas públicas (Orlandi & Toneli, 2008), ou, ainda, nas discussões sobre a paternidade como “direito, prazer ou desejo masculino” (Gondim & Lyra, 2012, p. 4).

No plano metodológico, autores apontam para a necessidade de delineamentos que investiguem a paternidade em períodos posteriores do desenvolvimento infantil, para além da gestação e dos meses subsequentes ao nascimento (Montemayor, 1986; Levandowski, & Piccinini, 2002; Paulino et al., 2013). Reconheceu-se a importância de abordar o fenômeno em períodos posteriores ao primeiro ano do bebê e ampliar a discussão para outras questões.

Desse modo, a problemática da paternidade adolescente perpassa duas questões interdependentes: as lacunas assinaladas em relação à literatura e os impactos sociais, educacionais, econômicos, familiares e individuais, frequentemente apontados como consequências da experiência da parentalidade nessa fase do desenvolvimento (Heilborn et al., 2002; Cerqueira-Santos, Paludo, Schirò, & Koller, 2010; Meincke et al., 2011). Em conformidade com Bronfenbrenner (2011), destacam-

se a reciprocidade entre as demandas sociais e o fomento à pesquisa, tais como as questões de políticas públicas que servem como ponto de partida para a identificação de temas significativos sobre o desenvolvimento humano e sua interação com o ambiente.

Sabe-se que o termo adolescência não inclui a diversidade de possibilidades de vivências nesse estágio, nem as possibilidades que os diversos contextos fornecem para o seu desenvolvimento. Nesse sentido, conforme Heilborn et al. (2002, p. 31), observa-se uma “precocidade da vida adulta ou de brevidade da adolescência nas classes populares, sobretudo quando se toma as classes médias como parâmetro comparativo”. O termo adolescência é usado neste artigo de acordo com os parâmetros da Organização Mundial da Saúde (World Health Organization [WHO], 2004) – dez aos 19 anos – contudo considera-se que pode ser ampliado ou reduzido de acordo com os contextos e eventos de vida.

Nesse sentido, o presente estudo teve por objetivo contribuir tanto para o campo do conhecimento sobre a paternidade na adolescência (com o estudo delimitado a um período ainda pouco explorado da relação pai-filho) quanto para a expansão de ações políticas que possam assegurar os recursos necessários para o desenvolvimento saudável das crianças e dos pais, a partir da indicação dos possíveis fatores de constrangimento para o exercício da parentalidade.

Dentre as implicações referentes às políticas públicas, como a paternidade adolescente tem causas multideterminadas, frequentemente relacionadas aos quadros de vulnerabilidade social (Lyra, 1997; Heilborn et al., 2002), consideraram-se fatores como escolaridade, situação socioeconômica e influência dos estereótipos de gênero. O tratamento dado ao fenômeno *a priori* como problemático e indesejável (Lyra, 1997) pelo “mundo adulto” e, por vezes, patologizado, foi abordado, destacando-se a possibilidade de realização dos pais nesse papel. Ademais, mesmo após a assunção da paternidade, reconheceu-se que, para alguns pais adolescentes que se separam da mãe de seus filhos, a atuação pode ser constrangida em virtude das limitações impostas pelo Sistema Judiciário.

Mais especificamente, intentou-se analisar a atuação dos pais adolescentes com crianças em diferentes etapas do desenvolvimento infantil, considerando-se as mudanças e estabilidades identificadas e o modo como estas sinergicamente se inter-relacionam com o contexto e as interações estabelecidas ao longo do tempo.

O referencial teórico-metodológico bioecológico (Bronfenbrenner, 2011) e a perspectiva de desenvolvimento adotada se alinham à heterogeneidade e ao caráter multidimensional do objeto de estudo (Levandowski, 2001; Heilborn et al., 2002). Esse tema requer uma abordagem que integre os diversos aspectos individuais, contextuais, relacionais e temporais - compreendido em seu caráter histórico e dinâmico. Procurou-se opor à análise fragmentada dos aspectos do desenvolvimento isolados, fixada no tempo e no espaço.

A dinamicidade e a influência mútua das relações podem ser reconhecidas no modo como as mudanças no desenvolvimento dos filhos afetam as formas de atuação dos pais. Os desenvolvimentos físico, mental e linguístico da criança possibilitam novas capacidades comportamentais, facilitam a compreensão e tornam a comunicação entre pai e filho mais complexa (DeLuccie, 1996). Essas transformações podem contribuir para maior gratificação na interação entre pai e filho em períodos posteriores do desenvolvimento (Hofferth, Stueve, Pleck, & Sayer, 2002), assim como para maior abertura da criança para outras relações além da mãe (Lamb, Pleck, Charnov, & Levine, 1985).

Em contrapartida, autores têm destacado que as dificuldades encontradas pelos pais adolescentes ao longo do tempo poderiam reduzir a intensidade de suas aspirações paternas (Rhein et al., 1997). As expectativas errôneas em relação às capacidades do bebê, apontadas como consequências do desconhecimento dos pais adolescentes sobre os estágios de desenvolvimento infantil, levá-los-iam a subestimar ou superestimar as capacidades da criança (Lamb & Elster, 1986). O desconhecimento foi ainda correlacionado com a insatisfação no papel parental e indicado como uma condição antecedente para atitudes mais impacientes e punitivas com os filhos (Lamb & Elster, 1986). O exercício da função parental revelou assumir modos distintos e divergentes de atuação, com consequências tanto de promoção, quanto de comprometimento ao desenvolvimento de pais e filhos.

A assunção da paternidade demanda do adolescente a realização de um papel para o qual ele possa não estar social e psicologicamente preparado, o que pode reverter em uma situação de vulnerabilidade à criança e aos pais, especialmente quando os fatores de proteção, como o apoio da

família e as condições de emprego e renda, estão ausentes (Bueno, Meincke, Schwartz, Soares, & Corrêa, 2012). Ademais, perdura o estereótipo disseminado de que pais adolescentes são ausentes ou negam a paternidade (Santos, Luz, Mendes, & Agostini, 1987). Evidenciou-se como essa conjunção de fatores incide sobre a atuação de jovens pais tanto em seus percursos individuais, quanto na comparação entre os casos analisados.

## Método

O estudo relatado é de natureza qualitativa, com quatro participantes identificados por meio do método de amostragem “em bola de neve”, atendidos os seguintes critérios: ocorrência da paternidade durante a adolescência, ter filhos com idades entre três e sete anos completos no momento da entrevista, coabitar ou não com seus filhos. Por meio da localização dos participantes, três cidades foram incluídas, de três mesorregiões do Estado de Minas Gerais: metropolitana de Belo Horizonte, oeste de Minas e Campo das Vertentes. O projeto de pesquisa foi submetido à aprovação do Comitê de Ética da Universidade Federal de São João del Rei (UFSJ), com a execução deste estudo ancorada em parecer favorável (protocolo CEPES 018/2014). Assegurou-se o sigilo sobre a identidade dos participantes, representando-os no estudo por nomes fictícios.

Para a coleta dos dados, foi utilizada a entrevista semiestruturada. Para o propósito deste trabalho, focou-se sobre a atuação desses pais em relação às suas vivências frente à experiência da paternidade. Para a análise das entrevistas, foi utilizada a *Grounded Theory* (Glaser & Strauss, 1967), traduzida como teoria fundamentada (Strauss & Corbin, 2008). Adotou-se a abordagem proposta por Strauss e Corbin (2008), por se considerá-la mais adequada a tratar do aspecto multidimensional do fenômeno.

O percurso percorrido pelo pesquisador até o desenvolvimento das categorias iniciou-se com uma “microanálise” (Strauss & Corbin, 2008, p. 65), linha a linha do texto, com o intuito de gerar conceitos iniciais. Na codificação aberta foram identificados conceitos que demonstraram representar mais abstratamente maior quantidade de dados, assim como suas propriedades e dimensões. Na codificação axial, reagruparam-se os dados em termos de condições (causal, interventora, contextual), estratégias de ação/interação e consequências, de modo a contextualizar o fenômeno. Ao final dessa etapa se alcançou a relação entre as categorias, subcategorias, suas propriedades e dimensões. Na codificação seletiva buscou-se identificar a essência da experiência da paternidade pelos jovens que foram pais na adolescência, a partir da condensação, “em poucas palavras, do que parece explicar sobre o que é a pesquisa” (Strauss & Corbin, p. 145).

Com base nas análises realizadas, foram identificadas as seguintes categorias: o nascimento do filho como agente de mudança; fatores de constrangimento à paternidade adolescente; e resignificando a paternidade adolescente a partir do desenvolvimento da criança. Intentou-se, a partir dessas categorias, promover uma análise crítica ao campo de conhecimento sobre a paternidade, mais especificamente a paternidade na adolescência.

## Resultados e discussão

Na perspectiva bioecológica (Bronfenbrenner, 2011), a atuação parental deve ser compreendida, considerando-se simultaneamente o pai adolescente (pessoa) e o ambiente ecológico no qual está inserido (contexto) e processos de influência recíproca (processos proximais) que ocorrem ao longo e sob a influência do tempo. São esses os quatro elementos centrais do referencial bioecológico, também denominado modelo Processo-Pessoa-Contexto-Tempo (PPCT) (Bronfenbrenner, 2011).

O conceito de atuação paterna se relaciona ao de processo proximal (Bronfenbrenner, 2011), ao envolver os padrões duradouros de interação recíproca que ocorrem em uma base temporal estável, com características de progressão em complexidade. Abarca as relações mutuamente influentes tanto

entre as pessoas quanto entre estas e seus sistemas ecológicos, em seus níveis imediatos e remotos. Inserem-se nesses padrões as múltiplas relações estabelecidas entre o pai adolescente e outras pessoas, como o filho, a mãe da criança, os familiares maternos e o seu próprio microsistema familiar.

**Tabela 1.** Características sociodemográficas dos participantes

|                                                                            | <b>Márcio</b> | <b>Welinton</b> | <b>Gustavo</b> | <b>Ricardo</b> |
|----------------------------------------------------------------------------|---------------|-----------------|----------------|----------------|
| Idade do pai no momento do nascimento                                      | 19            | 18              | 19             | 17             |
| Idade atual da criança                                                     | 5             | 7               | 6              | 3              |
| Residia com a família de origem no momento da gravidez?                    | Sim           | Sim             | Sim            | Não            |
| Mantinha um relacionamento estável com a mãe da criança antes da gravidez? | Sim           | Sim             | Sim            | Sim            |
| Reside com a família de origem atualmente?                                 | Sim           | Sim             | Sim            | Não            |

De acordo com a definição das classes econômicas<sup>2</sup>, pelo rendimento familiar dos participantes, estes se localizavam na classe C, cuja soma dos rendimentos se encontram no intervalo entre R\$ 1.734,00 a R\$ 7.475,00<sup>3</sup>. Como os adolescentes residiam com seus pais no momento em que ocorreu a gravidez, considerou-se a renda da família. Embora o intervalo considerado seja amplo para se apreender a heterogeneidade socioeconômica familiar, o indicador é útil para localizar os sujeitos em determinado contexto social, diferenciando-os das condições menos favoráveis. Em relação ao nível de escolaridade, todos os participantes apresentaram níveis mais elevados em comparação aos de outros estudos realizados (Heilborn et al., 2002; Meincke et al., 2011; Bueno et al., 2012). Dentre os quatro pais, apenas um não havia completado o ensino médio (Welinton) e dois cursavam o ensino superior (Ricardo e Gustavo). Quanto ao único caso de evasão escolar, a ocorrência foi anterior à gravidez. Observaram-se similaridades entre as biografias de dois dos entrevistados (Márcio e Welinton) e seus pais em termos de escolaridade, mas também de maior mobilidade social, com trajetórias ligeiramente ascendentes em termos educacionais (Ricardo e Gustavo). Autores apontaram diferenças no impacto da experiência da paternidade adolescente para indivíduos com baixa escolaridade e renda, especialmente pela rede de apoio precária (Heilborn et al., 2002; Siqueira et al., 2002; Meincke et al., 2011; Bueno et al., 2012).

Corroboraram-se os estudos que apontam a maior dificuldade dos adolescentes em ser autossuficientes em relação aos recursos financeiros (Siqueira et al. 2002; Heilborn et al., 2002; Meincke et al., 2011), necessitando de auxílio da família. Porém esse quadro pode ser transitório, o que pôde ser constatado nos casos de Welinton e Ricardo, em que houve maior mobilidade social, pois alcançaram aumento nos rendimentos financeiros no intervalo entre o nascimento e o momento da entrevista. As condições profissionais dos pais revelaram, em três casos (Márcio, Ricardo e Welinton), mudanças em termos de ascensão na carreira. Apenas um dos participantes se dedicava exclusivamente aos estudos (Gustavo). Os outros (Márcio, Ricardo e Welinton) estavam formalmente empregados, com vencimentos entre dois e cinco salários mínimos, o que diverge do perfil traçado por Meincke et al. (2011) e Bueno et al. (2012), que investigaram a paternidade adolescente em contextos

<sup>2</sup> Fonte: Centro de Políticas Sociais/Fundação Getúlio Vargas (2011).

<sup>3</sup> O valor de referência do salário mínimo em 2013 era de R\$ 678,00.

socioeconômicos menos favoráveis. A inserção no mercado de trabalho não esteve condicionada ao episódio da gravidez, sendo anterior à sua ocorrência. Em consonância com Heilborn et al. (2002), o modo como estruturam as carreiras se mostrou subordinado mais aos constrangimentos e especificidades de classe, do que à paternidade na adolescência.

A cor da pele autodeclarada predominante foi parda (Welinton, Márcio e Gustavo) e um de cor branca (Ricardo). Quanto ao estado civil, apenas um dos pais se mantinha unido à mãe de seu filho (Ricardo), em regime de coabitação, outros dois haviam se separado (Welinton e Márcio) e um estava solteiro (Gustavo). Uma vez localizadas as características sociodemográficas dos participantes, parte-se para a uma breve apresentação dos casos, integrados às categorias estabelecidas, indicando aproximações e singularidades.

### Trajetória dos pais

Dentre os participantes, somente Gustavo não vivenciou a coabitação, permanecendo parte do período de desenvolvimento da filha na casa de seus pais e outra parte residindo em outra cidade na condição de estudante universitário. Gustavo rompeu o relacionamento com a mãe de sua filha dois meses após o nascimento. Os outros pais (Welinton, Márcio e Ricardo) uniram-se às mães de seus filhos, coabitando em uma moradia distinta da família de origem.

O momento em que se deu a coabitação variou entre os entrevistados. Márcio passou a morar com a mãe de sua filha um ano após o nascimento, mas o relacionamento terminou três anos e seis meses depois, quando retornou para a casa de seus pais. Ricardo estava no processo de adaptação à coabitação no momento da entrevista, pois havia pouco tempo que ele e a companheira passaram a morar juntos. Antes disso, ficou afastado a maior parte do período de desenvolvimento de seu filho, com uma frequência semanal de visitas, por força de sua formação militar em curso. Welinton preparou seu próprio espaço durante a gestação, coabitando com a mãe de sua filha logo após o nascimento. No entanto separaram-se aproximadamente dois anos depois, retornando para a casa de seus pais.

Mesmo após a dissolução do relacionamento com a mãe de sua filha, não foi esse o fator de constrangimento que interferiu na frequência e no modo de participação de Gustavo como pai. O acesso facilitado à filha, proporcionado tanto pela mãe, quanto pela proximidade geográfica, no período em que residiram na mesma cidade, reverteu-se na maior prontidão do pai para a paternidade.

Já para Ricardo, foi o quadro da distância geográfica da companheira e do filho, durante seu período de formação militar, que “constrangeu” sua atuação. No entanto a facilitação e incentivo de sua participação pela mãe da criança, além de sua própria motivação pessoal, contribuíram para a manutenção de seu interesse e envolvimento no transcurso do tempo.

Para Márcio, após a separação, a condição de acessibilidade recíproca e o incentivo da mãe à inclusão do pai mantiveram alta sua prontidão para a paternidade. Este participante, contudo, revelou-se mais reticente em “abrir mão” da orientação para a liberdade e diversão do que os outros entrevistados, destacando o papel da família nos processos de conscientização e assimilação do jovem às funções paternas: *... mas era isso, era do serviço e depois festa, porque novo né, só quer saber de fazer isso ... Aí depois que eu vim a virar pai, que aí eu falei “não agora tem que”... tem até meu pai me deu uns puxões de orelha* (Márcio).

### O nascimento do filho como agente de mudança

Esta categoria representou o modo como os adolescentes reagiram diante de um evento inesperado, realinhando suas ações como forma de responder às demandas e expectativas que surgem com o nascimento de um filho. Isso incluiu mudanças observadas em si mesmos, assim como nas relações interpessoais e contextuais. Em resposta ao episódio da gravidez, os quatro entrevistados deram seguimento ao relacionamento com a mãe de seus filhos, reconhecendo a paternidade, assumindo-a e se engajando nos cuidados do bebê, o que contraria o estereótipo disseminado de que adolescentes são ausentes ou negam a paternidade (Santos et al., 1987). Importa observar que apenas um dos entrevistados (Ricardo) permanecia com sua companheira no momento da entrevista, corroborando parcialmente os achados de Steinberg (1985) sobre as dificuldades no

relacionamento, experienciadas por casais que se unem na adolescência e, conseqüentemente, maiores taxas de separação.

Verificou-se que o nascimento se configurou como um agente de mudança na vida dos entrevistados, incluindo seus padrões de pensamento, atitudes e comportamentos, identidade, crenças e valores, tal como em Paulino et al. (2013), que destacaram mudanças significativas, relatadas pelos participantes mesmo diante de um evento inesperado: “... *então agora eu tenho um porquê, e não só consigo, como me habituei a pensar além do primeiro passo*” (Gustavo). “... *a partir de agora eu não estava sozinho, ... qualquer escolha minha, agora é influenciado diretamente na vida deles, então, ... maior mudança foi isso*” (Ricardo).

A paternidade atuou como um catalisador que ativou um profundo senso de responsabilidade e dever nos pais. A autopercepção de que eram modelos de referência para os filhos contribuiu para que os pais se esforçassem para melhorar seus próprios comportamentos, buscando modificá-los: *Uma das vantagens de ser na adolescência também é que, ... você tem que crescer ... então você já tende a melhorar você como pessoa desde cedo, você já tende a buscar uma melhora, porque você é referência* (Ricardo).

O nascimento estimulou os adolescentes a confiarem em seus próprios pais como fonte de apoio, com fortalecimento do vínculo familiar e maior empatia intergeracional a partir das próprias experiências parentais: “... *ai você vê um pedacinho do que seu pai e sua mãe passou com você*” (Welinton). Evidenciou-se que a chegada de um filho resulta em um complexo sistema de adaptação, que envolve a ativação de múltiplos processos, tanto ao nível do indivíduo, quanto aos microsistemas (Bronfenbrenner, 2011) com os quais o jovem mantém relações de reciprocidade (mãe da criança e toda família materna; sua própria família; amigos; trabalho; estudo; comunidade). Foi o que destacou Márcio sobre o apoio de toda família extensa: “... *a família tanto do meu pai quanto da minha mãe, nó eles me apoiaram em tudo, e depois que nasceu foi só alegria*” (Márcio).

Dois códigos extraídos de declarações dos participantes se mostraram representativos para os casos analisados: a expressão “arcando com as consequências” foi usada para representar os processos de responsabilização e prontidão para o exercício parental desde a notícia da gravidez; a expressão “abrir mão”, que envolveu as concessões e abdições reconhecidas pelos pais como necessárias para maior disponibilidade e dedicação em favor da criança e/ou da companheira.

Um padrão comum se estabeleceu na dificuldade em arcar com a maior parte das responsabilidades no período imediato ao nascimento, de tal forma que o fenômeno foi fortemente marcado pela dicotomia entre a dependência e a busca por autonomia. Apenas em um dos casos (Welinton) foi relatada maior autonomia financeira já durante a gestação, em comparação aos demais. Contudo constatou-se que em outras áreas, como no cuidado à criança, o pai contou com o auxílio principalmente da família materna.

Em comum, todos os pais “arcaram com as responsabilidades”, reconhecendo-se variações em diferentes períodos de suas trajetórias paternas. Mostraram-se inicialmente engajados, não apenas contribuindo financeiramente, mas compartilhando os cuidados diários dos bebês com as mães. Essas tarefas envolviam a alimentação, higiene, brincar com o (a) filho (a), colocá-lo (a) para dormir, levá-lo (a) para passear e, em um dos casos (Márcio), até mesmo o compartilhamento de tarefas domésticas: “... *então o que eu podia ajudar ela eu ajudava, e dentro de casa também, arrumar cozinha, arrumar quarto, esses trem, lavar banheiro, lavar roupa, torcer roupa ..., a gente ajudava muito um ao outro*” (Márcio).

Para Welinton, durante o período de coabitação com a mãe de sua filha, o exercício do papel paterno assumiu o modelo do pai provedor mais acentuadamente, uma vez que trabalhava a maior parte do tempo e as oportunidades de interação com a filha se concentravam nos finais de semana: “... *mas ela ficava a maior parte com a mãe dela. Trabalhava o dia inteiro*” (Welinton). Observou-se, em conformidade com Lamb (2010), que a coabitação não necessariamente se reverte em maior atenção e acessibilidade do pai à criança. Após a separação, Welinton reconheceu maior atenção dedicada à filha: “... *quando nós morávamos juntos, dava atenção? Dava. Mas estava ali todo dia, não sei se é porque a gente via pouco, aí depois que nós separamos a atenção dobrou*” (Welinton).

Constatou-se que, nos episódios em que o pai adolescente não “arcou” adequadamente com as responsabilidades advindas com a paternidade e/ou não “abriu mão” suficientemente em favor do (a)

filho (a), ocorreu, como consequência, maior transferência da responsabilidade para outras fontes receptoras (mães, avós, tios, creches). A *transferência de responsabilidade* assumiu-se como um código representativo para a sobrecarga que recai mais frequentemente sobre o ambiente que detém a guarda da criança ou onde essa permanece a maior parte do tempo. Atestou-se que uma boa participação inicial não se mostrou garantia de estabilidade, uma vez que mudanças envolvendo indivíduos, contextos e relações foram reconhecidas ao longo das trajetórias paternas.

### Fatores de constrangimento à paternidade adolescente

O *locus* da participação paterna se revelou associado mais fortemente às oportunidades de acessibilidade recíproca entre pai e filho (a), aos aspectos pessoais (motivação, concepção de paternidade, prontidão para abdições) e interpessoais (qualidade do apego pai-filho (a) e da relação interparental), do que necessariamente aos contextos de coabitação e/ou união conjugal. Corroborou-se, sobretudo, DeLuccie (1996), quanto ao nível de participação do pai na vida da criança que é, entre outros aspectos, determinado pela extensão com que as mães e seus familiares permitem e incentivam tal participação.

Tal como a definição de processo proximal, a prontidão dos pais adolescentes para a paternidade revelou variações como uma função articulada entre as características individuais da pessoa em desenvolvimento, o contexto no qual os processos ocorreram, a natureza dos resultados desenvolvimentais esperados e das continuidades e mudanças que se efetivaram ao longo do tempo, do nascimento da criança até o momento atual (Bronfenbrenner, 2011).

A categoria *fatores de constrangimento à paternidade adolescente* representou as barreiras, restrições e impedimentos reconhecidos pelos pais que se depararam com situações que interferiram significativamente em suas oportunidades de interação, acessibilidade e divisão das responsabilidades, repercutindo no envolvimento paterno. Revelou-se que a separação conjugal e/ou a separação geográfica apresentaram maior amplitude, abrangência e permanência em comparação a outras fontes de limitação reconhecidas - tais como a interferência familiar.

A separação conjugal (Márcio, Welinton e Gustavo) teve repercussões e pesos diferenciados para cada participante. Verificou-se que o grau de desentendimento anterior à separação refletiu negativamente na qualidade da comunicação posterior e da possibilidade de cooperação entre o casal. Desse modo, os pais (Márcio e Gustavo) que mantiveram menor nível de conflito com a mãe de seus filhos após a separação, independente do tipo de acordo firmado, estabeleceram um padrão de visitas mais flexível, além de melhor comunicação entre os espaços de atuação maternos e paternos.

Em contrapartida, no caso (Welinton) em que se identificou o maior nível de conflito pós-separação, os horários de visita se tornaram rígidos, assim como a comunicação entre o casal ficou comprometida, o que afetou significativamente as oportunidades de interação e acesso à criança pelo pai. A determinação judicial foi considerada extremamente limitante e insatisfatória, não atendendo às necessidades do pai nem às de sua filha. Destaca-se, nesse caso, a influência do Sistema Judiciário na interferência das oportunidades de interação entre pai e filha, tal como constatado por Silva (2003), em estudos com pais adultos divorciados. Dessa forma, a configuração quinzenal das visitas foi indicada como fator de constrangimento à atuação parental. A convivência com a filha posteriormente se estabeleceu em bases semanais, mantidas de forma estável e previsíveis pela criança.

Em outros dois casos (Márcio e Gustavo), somou-se à dissolução do relacionamento a separação geográfica dos pais. Para Márcio, apesar da curta distância entre os municípios, a mudança alterou significativamente as oportunidades de convívio, de uma frequência diária para quinzenal. Reconheceu-se o maior impacto sobre a frequência do convívio entre Gustavo e sua filha, de uma base diária para mensal, além do intervalo das visitas variável, tendo atingido o máximo de cinco semanas entre os encontros. A restrição na acessibilidade recíproca entre pais e filhos (as) revelou-se uma condição que afetou negativamente o envolvimento paterno, sobretudo daqueles separados pelas distâncias geográfica e conjugal (Márcio e Gustavo).

Houve um único caso (Ricardo) em que o casal permaneceu unido e o fator de constrangimento (distância geográfica) se manteve constante desde a gestação. Consequentemente, seu papel nos cuidados da criança, assim como nas responsabilidades financeiras, manteve um padrão de



estabilidade. Convergindo com os achados de Lamb et al. (1985), constatou-se que os papéis da mãe e da relação conjugal, aliados a outros fatores, entre eles os psicossociais, interferem na determinação do envolvimento do pai com seus filhos. De fato, observou-se que o bom relacionamento com a mãe dos filhos, independente de uma relação conjugal, facilita o envolvimento dos pais.

Nos três casos em que houve dissolução dos relacionamentos (Welinton, Ricardo e Gustavo), reduziram-se as áreas de responsabilidade assumidas, de tal forma que, se antes esses pais assumiam uma ampla gama de tarefas, compartilhando-as com as mães, essa atuação cessou pós-separação. Reconheceram-se a menor divisão das responsabilidades e maior transferência para o espaço materno: *“Quando ela está comigo, ela está na minha responsabilidade, mas ela fica mais é com a mãe dela, então acaba que, pesa mais pro lado da mãe dela. Nós dividimos é assim a responsabilidade”* (Welinton). Predominaram as atividades sociais de lazer e entretenimento e, em menor grau, as tarefas de aconselhamento, estabelecimento de limites e transmissão de valores familiares e religiosos. Os resultados corroboraram os achados de Silva (2003) sobre o tipo de participação paterna assumida pelos pais adultos após a separação, pois, tanto no estudo da autora, quanto no presente trabalho, os pais se mostraram mais envolvidos em atividades de interação social do que em cuidados: *“... o tempo que eu posso assim dedicar, a grande maioria é pro lazer, porque é muito raro ter alguma coisa que eu tenha que conversar com ela, “oh você fez um negócio que a sua mãe não gostou ...”* (Gustavo).

Apenas Ricardo se manteve envolvido tanto em atividades de cuidado, quanto de interação social. A união estável entre um casal é um componente importante do microsistema parental, apontado como um dos principais preditores de envolvimento contínuo do pai (Gavin et al., 2002), como se pôde observar na comparação entre os casos.

As práticas educativas reveladas pelos pais não corroboraram a associação existente entre o maior desconhecimento do desenvolvimento infantil por parte de pais adolescentes e a maior incidência do uso da punição (Lamb & Elster, 1986). Todos os participantes destacaram privilegiar o diálogo como prática educativa, rechaçando o uso de punições, especialmente físicas: *... primeiro eu tento conversar se vai continuar, se não vai, explico, aí já deixo de castigo, é... e eu não tenho né, nem vou criar, o hábito de bater não, ..., eu vejo isso como extremamente ridículo mesmo. Não tem necessidade* (Ricardo).

A atuação dos pais entre espaços distintos (materno e paterno) revelou como consequências a disparidade e a discordância nas práticas parentais. Entretanto, em sua maior parte, as atuações foram complementares, embora não coordenadas.

### Resignificando a paternidade adolescente a partir do desenvolvimento da criança

Esta categoria refletiu o modo como o desenvolvimento da criança ampliou as oportunidades de interação, o que convergiu com o reconhecimento da bidirecionalidade dos processos proximais, em que não apenas os pais afetam a criança, mas todo sistema familiar é por ela afetado (Bronfenbrenner, 2011). Conforme os autores Lamb et al. (1985), constatou-se que a interação e a acessibilidade do pai para a criança costumam ser mais elevadas se a criança for mais velha. De acordo com o autor, a partir dos três anos a criança estaria menos dependente de sua mãe e mais aberta e interessada em estabelecer interações com o pai. Tal como no relato de Gustavo, pai de uma menina de cinco anos: *“Ah não, quero mamãe .... Hoje não, hoje é o contrário: eu quero ir pra casa do papai”* (Gustavo).

Evidenciou-se melhora significativa relatada pelos participantes na interação pai-filho, abrangendo tanto a melhora da compreensão e comunicação quanto do significado atribuído à paternidade: *“... como ele aprendeu a falar, ... eu passei a entender mais ele... ... ele já me vira e fala que está com saudade, é...a interação também muda bem mais né...”* (Ricardo). *“... a Joana foi crescendo, aí a mãe dela também foi ficando mais esperta, tem jeito de eu proibir não, ela vai comentar lá, né? Aí, de uns dois anos pra cá, eu venho participando mais* (Welinton). Dentre as vantagens atribuídas à fase atual da criança, a melhora da compreensão foi de grande relevância também para Márcio: *“... entendem mais fácil” ... “entende muito mais ...”*. Associadas ao desenvolvimento da coordenação motora, tais mudanças influenciaram a maneira de o pai atuar com a filha, deixando-a *“mais livre”*: *“Muda muita*

*coisa, ... na parte da criação, então, eu, agora com cinco anos, o que eu não deixava ela fazer com dois anos, eu agora já deixo ...*" (Márcio).

O reconhecimento e manifestação por parte da criança da importância do pai foram representativamente definidos, para todos os casos, como uma resignificação da paternidade em que *"cai a ficha de novo"* (Ricardo). Os resultados corroboraram a afirmação (Lamb & Elster, 1986) sobre as características psicológicas e comportamentais do bebê e o modo como elas também influenciam a qualidade da interação com os pais. Nesse sentido, compreendeu-se que esses efeitos se estendem para fases mais avançadas do desenvolvimento (3 a 7 anos), como observado: *"... começou a falar 'te amo', começou a ter esse sentimento sabe, a partir daí eu acho que impactou mais ..."* (Ricardo).

A afirmação de que as dificuldades e obstáculos encontrados pelos pais adolescentes ao longo do tempo poderiam reduzir a intensidade de suas aspirações paternas (Rhein et al., 1997) não encontrou amparo. Tendo em vista a influência dos filhos, que mitiga os efeitos dos fatores de constrangimento, foram revelados a satisfação e interesse dos pais no exercício da paternidade. Ademais, corroborou-se Hofferth et al. (2002), a respeito da maior gratificação paterna em períodos posteriores do desenvolvimento infantil. A essência das experiências vividas pelos entrevistados pôde, portanto, ser capturada por meio da percepção da paternidade como um processo de transformação em suas vidas: *"... eu engravidei, todo pai se não engravidou, deveria (risos) ter engravidado, viver o máximo possível disso que é uma coisa deliciosa, entendeu, então, uma experiência incrível"* (Gustavo). Tal percepção não descarta as dificuldades e sofrimentos vividos pelos pais adolescentes, mas concentra-se na expressão subjetiva da realização nesse papel, extraída de seus discursos, contrário ao estereótipo de que a gravidez na adolescência é *a priori* um evento indesejado e prejudicial ao desenvolvimento dos pais e de suas crianças (Lyra, 1997).

## Considerações finais

Em consonância com Bronfenbrenner (2011), no que concerne aos estudos sobre desenvolvimento humano, observou-se que as pesquisas sobre gravidez e paternidade na adolescência têm privilegiado as características dos sujeitos, tratando as condições e os contextos como entidades fixas, somente em um espaço de tempo determinado e presumido como constante. Ao limitar o foco das pesquisas no intervalo entre a gestação e o primeiro ano da criança, questiona-se a transposição dos achados sobre as condições objetivas e subjetivas dos adolescentes e de suas famílias, desconsiderando-se o potencial para a mudança. Entretanto o presente estudo convergiu com a perspectiva de Lerner, Eye, Lerner, Lewin-Bizan e Bowers (2010), de que as trajetórias dos adolescentes – tal como aqueles que são pais – não são inalteráveis, sendo significativamente influenciadas por fatores como suporte familiar e disponibilidade de recursos e oportunidades comunitárias, como escolas.

O número reduzido de participantes se revelou uma limitação do presente estudo. O levantamento de questões no período do desenvolvimento infantil, ainda pouco investigado sobre o fenômeno da paternidade adolescente (filhos entre 3 e 7 anos de idade), apresentou-se como ponto relevante, indicando as mudanças e continuidades da participação paterna diante dos fatores de constrangimento.

Os resultados não corroboraram os achados de outros estudos (Rhein et al., 1997; Lamb & Elster, 1986) que apontam que, diante das dificuldades e obstáculos, os pais reduziram a intensidade de suas aspirações paternas; seriam ausentes ou negariam a paternidade (Santos, Luz, Mendes, & Agostini, 1987); assumiriam atitudes mais punitivas e impacientes com seus filhos (Lamb & Elster, 1986). Observou-se que os pais tinham expectativas adequadas em relação ao desenvolvimento infantil, sendo afetados especialmente pelo desenvolvimento da linguagem oral, que mostrou resignificar a experiência da paternidade.

Dentre os fatores de constrangimento, observou-se que pais adolescentes podem sofrer, assim como pais adultos, com a inflexibilidade do sistema de visitas, imposto pelo Sistema Judiciário brasileiro. Para um dos pais (Welinton), o sistema de guarda compartilhada atendeu melhor a suas

expectativas de atuação, conquistada somente após muito sofrimento em consenso com a mãe da criança. Tal sistema reforça o estereótipo de que o *filho é da mãe*, excluindo os pais do direito à convivência e restringindo a atuação a atividades como as de lazer. Ademais, a restrição ao pai adolescente pode ainda ser sustentada ao se avaliá-lo como inábil nos cuidados da criança, tanto por parte da família materna, como pelos agentes da lei.

Embora ser pai na adolescência seja um grande desafio, os relatos revelam que a paternidade transforma significativamente a vida desses jovens, assumindo-se como uma oportunidade de crescimento e resignificação existencial.

Desse modo, o fenômeno em estudo revela a demanda em curso pela formação de profissionais de diversas áreas, sobretudo, em saúde e educação, para responder aos desafios singulares dessa experiência, com destaque para o profissional de psicologia.

## Referências

- Bronfenbrenner, U. (2011). *Bioecologia do desenvolvimento humano*. Tornando os seres humanos mais humanos. Porto Alegre: Artmed.
- Bueno, M. E. N., Meincke, K., Maria, S., Schwartz, E., Correa Soares, M., & Lopes Corrêa, C. (2012). Paternidade na adolescência: a família como rede social de apoio. *Texto & Contexto Enfermagem*, 21(2), 313-319.
- Centro de Políticas Sociais (2011). *Qual a faixa de renda familiar das classes?* Fundação Getúlio Vargas. Recuperado de <http://cps.fgv.br/node/3999>
- Cerqueira-Santos, E., Paludo, S. D. S., Dei Schirò, E. D. B., & Koller, S. H. (2010). Gravidez na adolescência: análise contextual de risco e proteção. *Psicologia em estudo*, 15(1), 72-85.
- DeLuccie, M. F. (1996). Mothers: Influential agents in father-child relations. *Genetic, Social and General Psychology Monographs*, 122(3), 285-307.
- Gavin, L., Black, M., Minor, S., Abel, Y., Papas, M., & Bentley, M. (2002). Young, disadvantaged fathers' involvement with their infants: An ecological perspective. *Journal of Adolescent Health*, 31(3), 266-276.
- Glaser, B.G., & Strauss, A. (1967). *The discovery of grounded theory*. New York: Aldene de Gruyter.
- Gondim, S., & Lyra, J. (2012). Mais do mesmo? Imagens cristalizadas de paternidade na literatura acadêmica. Em Instituto de Estudos de Gênero (Org.), *Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero 10*. Florianópolis: UFSC. Recuperado de [http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1387454579\\_ARQUIVO\\_SymoneGondim.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1387454579_ARQUIVO_SymoneGondim.pdf)
- Heilborn, M. L., Salem, T., Rohden, F., Brandão, E., Knauth, D., Ceres, V., Aquino, E., McCallun, C., & Bozon, M. (2002). Aproximações socioantropológicas sobre a gravidez na adolescência. *Horizontes Antropológicos*, 8, 13-45.
- Hofferth, S., Stueve, J., Pleck, J., & Sayer, S. (2002). The demography of fathers: What fathers do. In C. S. Tamis-LeMonda, & N. Cabrera (Orgs.), *Handbook of father involvement: Multidisciplinary perspectives* (pp. 63-88). London: Lawrence Erlbaum Associates.
- Lamb, M. E. (2010). How do fathers influence children's development? Let me count the ways. In M. E. Lamb (Org.), *The role of the father in child development* (5a ed., pp. 1-26). New York: John Wiley & Sons.
- Lamb, M. E., & Elster, A.B. (1986). Parental behavior of adolescent mothers and fathers. In M. E. Lamb, & A. B. Elster (Orgs), *Adolescent fatherhood* (pp. 88-106). Hillsdale, New Jersey: Lawrence Erlbaum.
- Lamb, M. E., Pleck, J. H., Charnov, E. L., & Levine, J. A. (1985). Paternal Behavior in Humans. *American Zoologist*, 25, 883-894.
- Lerner, R.M., Eye, A., Lerner, J.V., Lewin-Bizan, S., & Bowers, E.P. (2010). Special Issue Introduction: The Meaning and Measurement of Thriving: A View of the Issues. *Journal Youth Adolescence*, 39(7), 707-719.
- Levandowski, D.C. (2001). Paternidade na adolescência: uma breve revisão da literatura internacional. *Estudos de Psicologia*, 6(2), 195-209.
- Levandowski, D. C. & Piccinini, C. A. (2002). A interação pai-bebê entre pais adolescentes e adultos. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 15(2), 413-424.
- Lyra, J. (1997). *Paternidade adolescente: Uma proposta de intervenção*. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Meincke, S. M. K., Trigueiro, D. R. S. G., Carraro, T. E., Brito, S. D. S., & Collet, N. (2011). Perfil sociodemográfico e econômico de pais adolescentes. *Revista Enfermagem. UERJ*, 19(3), 452-456.
- Montemayor, R. (1986). Boys as Fathers: Coping with the dilemmas of adolescence. In A. B. Elster & M. E. Lamb (Orgs.), *Adolescent fatherhood* (pp. 01-18). Hillsdale, New Jersey: Lawrence Erlbaum.
- Orlandi, R. & Toneli, M. J. F. (2008). Adolescência e paternidade: Sobre os direitos de criar projetos e procriar. *Psicologia em Estudo*, 13 (2), 317-326.
- Paula, E. R., Bittar, C. M., Silva, M. A. I., & Cano, M. A. T. (2011). A paternidade na adolescência e seu

- significado entre os jovens universitários que a vivenciaram. *Investigação*, 11(1), 5-12.
- Paulino, G. P. A., Patias, N. D., & Dias, A. C. G. (2013). Paternidade Adolescente: Um Estudo sobre Autopercepções do Fenômeno. *Psicologia em Pesquisa*, 7(2), 230-241.
- Rhein, L. M., Ginsburg, K. R., Schwarz, D. F., Pinto-Martin, J. A., Zhao, H., Morgan, A. P., & Slap, G. B. (1997). Teen father participation in child rearing: family perspectives. *Journal of Adolescent Health*, 21(4), 244 - 252.
- Santos, E. D. S., Luz, A. M. H., Mendes, S. M. D. A., & Agostini, S. M. M. (1987). Maternidade e adolescência: sentimentos e atitudes. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, 8(1), 27-45.
- Silva, M. R. (2003). *Sentimentos sobre a paternidade e envolvimento de pais que residem e pais que não residem com seus filhos*. Dissertação de mestrado. Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Siqueira, M. J. T., Mendes, D., Finkler, I., Guedes, T., & Gonçalves, M. D. (2002). Profissionais e usuárias (os) adolescentes de quatro programas públicos de atendimento pré-natal da região da grande Florianópolis: onde está o pai. *Estudos de Psicologia*, 7(1), 65-72.
- Steinberg, L. (1985). *Adolescence*. New York: Alfred Knopf.
- Strauss, A. L. & Corbin, J. (2008). *Pesquisa qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada*. Porto Alegre: Artmed.
- Vieira, M. L., Bossardi, C. N., Gomes, L. B., Bolze, S. D. A., Crepaldi, M. A., & Piccinini, C. A. (2014). Paternidade no Brasil: revisão sistemática de artigos empíricos. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 66(2), 36-52.
- World Healthy Organization [WHO] (2004). *Definitions*. Recuperado de <http://www.who.int/reproductive-health>

Recebido em 22/06/2015

Aceito em 11/09/2016

---

*Paulo Frederico Medeiros Clementino*: mestrando em psicologia social (2015) pela Universidade Federal de São João del-Rei, pós-graduado em educação pela Universidade Federal Fluminense (2012), graduado em psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (2005). Professor pesquisador do Programa Mais Educação.

*Larissa Medeiros Marinho dos Santos*: doutora em psicologia (2008) pela Universidade de Brasília, mestre em psicologia social e do trabalho (2002), graduada e licenciada em psicologia (1998) pela mesma Universidade. Atualmente é professora adjunta do Departamento de Psicologia e colaboradora no mestrado da Universidade Federal de São João del Rei. Atua nas áreas de desenvolvimento humano, psicologia ambiental e educação.